

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A União Europeia aprovou em março passado o novo Mecanismo Europeu de Proteção Civil - “rescUE”, com o objetivo de reforçar a sua capacidade em matéria de prevenção e resposta a catástrofes, como incêndios florestais e inundações. Esta decisão foi tomada pelos líderes europeus na sequência das catástrofes ocorridas nos últimos anos, designadamente os incêndios florestais em Portugal em 2017 e na Grécia em 2018 que despoletaram a necessidade de rever e reforçar o mecanismo existente.

Este novo mecanismo reforçado prevê a criação de uma reserva de ativos de resposta a nível europeu, complementando as capacidades nacionais, e que inclui aviões de combate aos incêndios florestais, bombas de água especiais, equipas de busca e salvamento em meio urbano, hospitais de campanha e equipas médicas de emergência. Entre as ações previstas incluem-se igualmente o envio de missões de peritos, um mecanismo de consulta e a criação de uma Rede Europeia de Conhecimentos sobre Proteção Civil.

No entanto, ao que se sabe, Portugal, que despoletou o rescUE, está de fora e até agora ainda não se conhecem as intenções do Governo

Isto, apesar do ministro da Administração Interna ter defendido por várias vezes que Portugal se ia empenhar junto das várias instituições europeias para que “os passos” do programa fossem dados “com a máxima celeridade” e que o objetivo era que, ainda em 2018, fosse possível ao país “participar ativamente e beneficiar no plano nacional desta nova visão integrada, quer de resposta a riscos graves, quer de apoio à capacitação nacional” (*in Público*, 23/09/2019).

Este mecanismo está atualmente na chamada “fase de transição”, na qual os Estados-membros podem participar, alocando meios à rede europeia, beneficiando das despesas cobertas pelo programa a 75%.

Para além de ser uma atitude inaceitável e irresponsável por parte do Governo, não se entende, como é que o nosso País, primeiro interessado neste novo mecanismo de solidariedade

Europeu, não integra o rescUE e desperdiça a oportunidade de beneficiar do financiamento previsto.

Face ao exposto, os/as Deputados/as do Partido Social Democrata abaixo-assinados vêm, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, dirigir ao Senhor Ministro da Administração Interna as seguintes perguntas:

- Quais as razões de Portugal, apesar do Governo ter afirmado o seu empenhamento, estar atualmente fora do novo RescuEU, que reforça a capacidade e a solidariedade da União Europeia (UE) em matéria de prevenção e resposta a catástrofes, como incêndios florestais e inundações?

- Porque abdicou o Governo do integrar desde logo o RescuEU que poderia ter permitido a Portugal financiar parte das despesas de aluguer das aeronaves actualmente ao dispor da proteção civil portuguesa?

- Pretende o Governo vir a integrar de forma permanente o RescuEU?

- Tendo em conta que os diferentes países da UE estão já a negociar o posicionamento e meios a alocar ao mecanismo, tem o Governo alguma previsão ou plano sobre as necessidades que vai ter e quantos meios prevê comprar ou alugar ao abrigo do RescuEU que pode financiar até 90% desse investimento?

Palácio de São Bento, 23 de setembro de 2019

Deputado(a)s

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

CARLOS PEIXOTO(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)